

# Justiça Federal

## Digital

► **Justiça Federal  
realiza seminário  
“Comunicação  
da Estratégia”**



420

## ► Cristiane Chmatalik é reconduzida para mais um biênio na Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo

O novo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Reis Friede, por meio de ato editado ontem, reconduziu os juízes federais Osair Victor de Oliveira Junior e Cristiane Conde Chmatalik aos cargos de diretores do foro das Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente, até o final do biênio 2019/2021.

Aprovada no sétimo concurso para juiz federal substituto do TRF2, Cristiane Chmatalik é titular da 6ª vara Federal Cível de Vitória. Atuou na Turma Recursal do Espírito Santo (2008-2010) e como suplente na Turma Nacional de Uniformização (TNU), em 2009-2011. Em 2011, foi nomeada juíza coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) da SJES. Também atuou por dois anos como juíza convocada no Núcleo Permanente de Conciliação e Solução de Conflitos do TRF2 e foi membro do Tribunal Regional Eleitoral do ES.

Mineira e graduada no Rio de Janeiro, a juíza é casada com o servidor Robert Madsen Chmatalik (2ª VF-Criminal), com quem tem as trigêmeas Isabela, Beatriz e Carolina.

Sua gestão na Direção do Foro, no biênio 2017/2019, foi marcada principalmente pela implantação do programa processual e-Proc e pelo empenho no desenvolvimento de uma cultura de inovação na Seção Judiciária, a partir da instalação do Laboratório de Inovação e da implementação do "HubJus de Inovação" na Seccional.

## Rogério Alves é o vice-diretor e Américo Bedê, o substituto eventual



**Rogério Moreira Alves**

na Justiça Federal do ES, onde já era servidor desde 1994. Além de sua atuação em primeiro grau, foi membro efetivo e presidente da Turma Recursal dos JEFs do ES e membro titular da Turma Nacional de Uniformização dos JEFs.

Titular da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória, Américo Bedê é juiz federal desde 2002, aprovado em primeiro lugar no concurso. Natural de Belém/PA, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, onde foi promotor de Justiça e procurador da Fazenda Nacional. É professor de graduação, mestrado e doutorado, mestre e doutor em Direitos Fundamentais pela FDV.



**A juíza federal Cristiane Chmatalik, com o juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, reconduzido para a Direção do Foro da JF fluminense**



**Américo Bedê Freire Junior**

## ▶ TRF da 2ª Região tem novos dirigentes para o biênio 2019/2021

O Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2) realizou na tarde de 8/4, cerimônia de homenagem à posse da nova gestão da Corte. Os Desembargadores Federais Reis Friede, Messod Azulay e Luiz Paulo Silva Araújo Filho foram empossados em 4/4, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região para o biênio 2019/2021.

A solenidade ocorreu no Theatro Municipal do Rio de Janeiro e contou com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, assim como de chefes consulares.

Dentre as autoridades que tiveram assento na mesa diretora estiveram os Ministros Luís Roberto Barroso e Joel Paciornik, representando os Presidentes, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, os Governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Wilson Witzel e Renato Casagrande, o Advogado-Geral da União, Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, os presidentes dos TRFs das 3ª e 4ª Regiões, Desembargadores Federais Therezinha Cazerta e Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Desembargador Claudio de Mello Tavares, e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Desembargador José da Fonseca Martins Júnior.



**A solenidade em homenagem à posse dos novos dirigentes do TRF2 foi realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e contou com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. A diretora do foro da SJES, Cristiane Chmatalik, prestigiou o evento**

A saudação aos novos dirigentes ficou a cargo do Desembargador Federal André Fontes, que presidiu o TRF2 de 2017 a 2019. Ele lembrou a amizade de infância com o novo Presidente e formação múltipla do colega, em diversas áreas do conhecimento: “Reis Friede é um amante do saber, sem embargo de também ser um homem de ação, dedicado por inteiro à realização da Justiça”, elogiou.

A cerimônia foi concluída com o discurso do novo Presidente. Reis Friede afirmou que, atendendo a um chamado sociedade, cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário o dever de se unir por uma agenda comum, que passa, principalmente, pelo combate à corrupção: “Trata-se, reconhecidamente, de gravíssimo problema que somente poderá ser superado por meio da celebração de um novo e amplo pacto republicano, envolvendo todos os poderes do Estado, e ensejando, assim, uma espécie de reconstrução patriótica, a envolver, de modo harmonioso, respeitoso, colaborativo e articulado, – e em prol de uma árdua luta em comum –, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, cujas independências institucionais jamais deverão funcionar como fator de desunião”.

Reis Friede também defendeu a necessidade de o Judiciário se reorganizar para assegurar uma jurisdição mais rápida e eficiente, que resgate a credibilidade popular na Justiça: “Morosidade e ineficiência não possuem mais espaço no âmbito do Poder Judiciário do século 21, cujo elevado status institucional requer medidas urgentes, inovadoras e efetivamente capazes de solucionar os gravíssimos, antigos e permanentes problemas institucionais”. Para o magistrado a solução exige medidas inovadoras, incluindo a revisão de normas legais e constitucional que simplifiquem procedimentos e desafoguem o Judiciário, sobretudo na tramitação das ações de massa: “Tecnologias inovadoras, tais como a virtualização das sessões de julgamento, bem como a introdução de novos instrumentos legais, devem ser a tônica de reais e imediatas mudanças a serem promovidas com o intuito de prover o poder judiciário das condições necessárias para que a instituição possa corresponder, em última análise, às justas expectativas de um povo que renasce, reerguendo-se das cinzas, e que tanto clama por justiça”, resumiu. **Com informações da ACOI/TRF2**

## ▶ Mutirão de conciliação da Justiça Federal da 2ª Região (RJ e ES) gera mais de R\$ 5,5 milhões em valores homologados

O mutirão de audiências de conciliação envolvendo execuções do Sistema Financeiro de Habitação – SFH (CEF/Emgea) e expurgos inflacionários nas contas de poupança, iniciado em 1º de abril, teve encerramento na tarde de 12 de abril. Ao todo foram realizadas 215 audiências, com índice de 37,67% de acordos homologados. O valor total das transações foi de R\$ 5.565.164,80 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), tendo sido atendidas 988 (novecentas e oitenta e oito) pessoas.

As audiências começaram em Vitória/ES, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CESCON), e passaram pela Subseção de Cachoeiro de Itapemirim/ES antes do período final na Justiça Federal do Rio de Janeiro, no Foro da Avenida Venezuela. Participaram do mutirão nove juízes federais e quatorze mediadores/conciliadores, sendo onze servidores e três voluntários.

O mutirão de conciliação foi promovido pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), vinculado ao TRF2, em parceria com a Emgea (Empresa Gestora de Ativos).

A Emgea é a empresa pública responsável pela aquisição de bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal.

### NPSC2

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) – comandado pelo Desembargador Federal Ferreira Neves com o auxílio da Juíza Federal convocada Aline Alves de Melo Miranda Araújo – é o órgão do TRF2 responsável pelo planejamento de métodos não adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos e também pelo desenvolvimento de atividades voltadas à informação sobre direitos e desenvolvimento da cidadania plena.

Previsto na Resolução nº 125, de 29/11/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Centro tem como principal objetivo oferecer meios consensuais para a solução de conflitos, além de disseminar a cultura de pacificação social. **Com informações da ACOI/TRF2**



## ► Diretora do Foro encerra mutirão de expurgos da poupança na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim



A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, reconduzida a mais dois anos no cargo no dia 4/4, encerrou, na última sexta, dia 5, o mutirão de audiências de conciliação realizado pela Seccional capixaba, através do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), em parceria com a Caixa Econômica Federal.

O mutirão aconteceu de 1º a 4 de abril, em Vitória-ES, em audiências também por videoconferência com as varas federais do interior. No dia 5, foram realizadas apenas audiências presenciais em processos de expurgos inflacionários nas contas de poupança, em Cachoeiro de Itapemirim.

### Método consagrado

Falando em nome da Caixa, o advogado Luciano Pereira Chagas ressaltou “a grande felicidade” em participar “de mais uma iniciativa que visa à extinção de processos por acordo. É parte da política da empresa a extinção de ações judiciais por esse método que é já consagrado e reconhecido como um dos mais razoáveis”.

“A Caixa louva a parceria que está desenvolvendo com o Poder Judiciário, que permite esse tipo de iniciativa”, frisou.

### Propostas de conciliação

“Esse mutirão específico para o tratamento das ações de poupança e planos econômicos é uma iniciativa que está começando agora e que pretende que se estenda em outras oportunidades. A previsão é de que a Caixa Econômica trate todo o acervo dela de processos sobre essa matéria que tramitam no Estado do Espírito Santo ainda dentro do primeiro semestre deste ano, ofertando propostas de conciliação, nos moldes do acordo homologado pelo STF, para todos os jurisdicionados”, concluiu.

### Mais dois anos

Em seguida, foi a vez da diretora do foro agradecer a todos pela participação: “É um prazer para mim hoje estar aqui representando a Justiça Federal como diretora do foro”, afirmou, acrescentando que aquele era “um dia muito importante porque eu fui reconduzida como diretora do foro e eu representarei a Justiça Federal por mais dois anos aqui no nosso Estado”.

Para a magistrada, a importância de sua recondução ao cargo reside em “ter os prédios e fazê-los funcionar bem e botar à disposição do cidadão, dos advogados e de todos que frequentam a Justiça de alguma forma a melhor estrutura, mesmo em

tempos em que a gente já não tem mais aquele orçamento que tinha antigamente. Hoje em dia é tentar fazer o melhor, a melhor prestação, com menos recursos”.

## Resultado prático

Falando sobre os processos objetos de acordo, a juíza reconheceu que eram “questões antigas”, referentes a “planos dos anos 90”, cujos resultados “demoram a surgir”.

“Quando surgiu finalmente um resultado, se realizou esse acordo no âmbito federal, no âmbito de Brasília, e esse acordo, da forma que estava a gente está tentando da melhor forma possível tentar fazer com que chegue o resultado prático que é finalmente as pessoas receberem o dinheiro que lhe é devido o mais rápido possível”, assegurou.

“O melhor seria se essas questões fossem logo resolvidas e as pessoas tivessem recebido isso no tempo certo. Mas é para isso que serve a Justiça também. Para a gente efetivamente no final receber o que tem que receber”, esclareceu.



**Cristiane Chmatalik, com os advogados da Caixa Rodrigo dos Santos e Luciano Chagas**

## Agradecimentos

Por fim, a diretora do foro agradeceu aos representantes da Caixa, Luciano Pereira Chagas e Rodrigo Sales dos Santos, além dos servidores do Cescon, em nome da supervisora da área, Maristher de Souza Lima Siqueira. “Nós, da Justiça Federal, estamos abertos às críticas, às opiniões e queremos sempre prestar o melhor serviço público”, finalizou.

Prestigiaram o evento, os juízes federais da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim, André Luiz Martins da Silva (1ª Vara), Luciana Cunha Villar (2ª Vara) e Ubiratan Cruz Rodrigues (3ª Vara), além de advogados, servidores e usuários.

## Resultados finais

Nas 168 audiências realizadas em Vitória os resultados foram: 107 acordos homologados, num percentual de 82,31%, com 530 pessoas atendidas, num total pago de R\$ 299.900,94. Em Cachoeiro de Itapemirim foram realizadas 24 audiências, com 18 acordos homologados, obtendo um índice de 75% de acordos, 115 pessoas atendidas e R\$ 84.854,83 pagos.



**A diretora do foro, com juízes federais das varas de Cachoeiro: André Luiz Martins da Silva (1ª Vara), Luciana Cunha Villar (2ª Vara) e Ubiratan Cruz Rodrigues (3ª Vara)**

## ► Direção do foro define procedimentos para atendimento a manifestações de usuários externos

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, regulamentou os procedimentos para atendimento de manifestações de usuários externos no âmbito da Seção Judiciária.

Os usuários que desejarem fazer pessoalmente elogios, sugestões, reclamações ou informações deverão utilizar o “Livro de reclamações, sugestões e elogios”, disponível em todas as Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, ou ser encaminhados à Sala de Atendimento ao Usuário, nos casos em que não desejem utilizar o referido livro.

Um computador com acesso à internet será disponibilizado na Sala de Atendimento ao Usuário para permitir a elaboração da manifestação do usuário. O Núcleo de Apoio Judiciário designará e treinará um servidor para auxiliar o usuário para que ele possa elaborar sua manifestação, inclusive transcrevendo-a, nos casos em que o usuário solicite ou que não possua conhecimento para fazê-la sozinho.

As manifestações serão feitas pela internet no sítio da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) ou do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

### Formulário

No [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br) foi disponibilizado o formulário eletrônico “Fale conosco” para manifestações de elogios, sugestões ou solicitação de informações. As demais manifestações deverão ser feitas no formulário eletrônico da Ouvidoria no sítio do TRF2.

A Secretaria Geral receberá e dará andamento às manifestações recebidas pelo “Fale conosco” da SJES. Caso receba uma manifestação que não seja elogio, sugestão ou solicitação de informação, a SG entrará em contato com o usuário, por e-mail, telefone ou mensagem, informando que sua manifestação deve ser encaminhada diretamente para a Ouvidoria do TRF2.

O formulário eletrônico “Fale conosco” disponível na página principal do sítio da SJES na internet, possui campos para nome, telefone, e-mail, tipo de manifestação (elogio, sugestão ou informação) e descrição da manifestação. Traz ainda link para a Ouvidoria do TRF2, se for o caso.

JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

Consultas Serviços Contato

### Fale Conosco

Envie no formulário abaixo seu elogio, informação ou sugestão.

Caso tenha alguma reclamação, entre em contato diretamente com a Ouvidoria da Justiça Federal da 2ª Região (<http://www10.trf2.jus.br/ouvidoria/>).

Nome\* Email\*

Telefone\* Tipo  
 Elogio  Sugestão  Informação

Mensagem  
Digite aqui a sua mensagem...

Não sou um robô

reCAPTCHA  
Privacidade - Termos

ENVIAR

## ► ‘Comunicação da Estratégia’ destaca necessidade de conexão entre a sociedade e a Justiça, de planejamento em tempos de escassez e de valorização das pessoas

Magistrados e servidores da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) participaram nos dias 11 e 12 de abril do seminário ‘Comunicação da Estratégia da Justiça Federal da 2ª Região’, na sede da Seccional, em Vitória, com transmissão por videoconferência para as Subseções interessadas e também via Polycom para aqueles que preferem assistir pelo computador.

Na abertura, a diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chamtalik, declarou o objetivo do seminário: ‘tornar amplamente conhecido e compreendido, em especial pelos magistrados e servidores dessa casa, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, da Justiça Federal da 2ª Região, principalmente’.

### Conexão

‘As palestras estão organizadas de forma a passar aos participantes toda a conexão existente entre o planejamento estabelecido no nível nacional, regional, até o local. Para isso, convidamos os maiores especialistas, que tratam da questão da estratégia há alguns anos a fim de realizar uma comunicação clara acerca deste tema, configurando uma oportunidade única para se adquirir esta visão geral’, explicou a diretora.

Segundo a magistrada, o projeto deverá, num segundo momento, atingir também juízes das esferas estadual e trabalhista, membros do Ministério Público, membros da advocacia e até mesmo a imprensa. A ideia é que, posteriormente, toda a sociedade entenda o objetivo da existência da Justiça e perceba ‘que estamos preocupados em cada vez oferecer uma melhor prestação jurisdicional’. ‘É uma forma de prestar contas do desempenho gerencial da instituição’, ressalta Chmatalik.

### Escassez

Em seguida, o conselheiro do CNJ Fernando Cesar Baptista de Mattos falou sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. Fernando Mattos discorreu sobre o ‘Justiça em Números’, destacando que é um selo almejado pelos tribunais, estimulando uma saudável competição entre os órgãos judiciários.

Depois, o magistrado deu um panorama geral do processo de elaboração, desenvolvimento e implantação das famosas ‘Metas do CNJ’, procurando demonstrar que é um processo democrático que conta com a participação ativa de magistrados e servidores.

Também não deixou de observar que ‘enfrentaremos dias de escassez de recursos financeiros’ e que os tempos das ‘vacas gordas’ ficaram no passado, sendo preciso muito planejamento estratégico daqui para frente.



O conselheiro do CNJ Fernando Mattos apresentou o “Justiça em Números”

## PDCA

A Governança na Justiça Federal foi o tema apresentado pelo gerente de projetos da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Ivan Gomes Bonifácio. O palestrante fez um histórico da evolução da filosofia administrativa na Administração Pública, evoluindo da administração patrimonial para a administração burocrática, e desta para a administração gerencial. Destacou que a última grande medida administrativa no âmbito judiciário ocorreu no ano 2000 com a implantação dos Juizados Especiais, 'que efetivamente conseguem entregar uma prestação jurisdicional com celeridade por causa da oralidade, simplificação e concentração de procedimentos'.

Antes de passar para uma dinâmica de grupo, Ivan ainda discorreu sobre a ferramenta administrativa PDCA, sigla em inglês que significa as quatro fases da gestão gerencial: planejar, fazer, checar e agir, ressaltando que essa ferramenta é cada vez mais utilizada na Administração Pública para detectar e eliminar produtos desconformes.

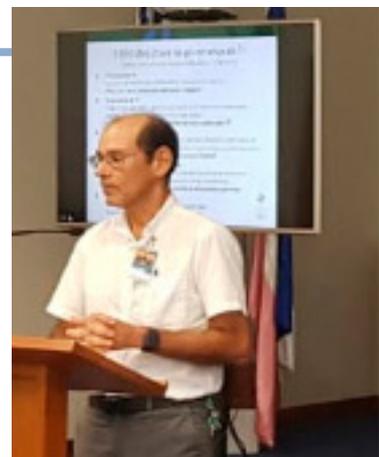


Magistrados e servidores, em dinâmica de grupo conduzida pelo gerente de projetos da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Ivan Gomes Bonifácio

## Tecnologia

A última apresentação da tarde ficou por conta do diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF da 2ª Região (STI/TRF2) Flávio Moura, que tratou sobre o Planejamento Estratégico de T.I. Ele destacou bastante a valorização das pessoas no ambiente organizacional, 'mais que máquinas e sistemas'. 'Pessoas capacitadas, capazes de conduzir essa engrenagem organizacional de forma eficiente e efetiva'.

Sobre inovação, Flávio ressaltou que 'inovação é cultura'. 'A inovação não prospera num ambiente em que não haja suporte, confiança e parceria, onde o erro não deve ser visto como pecado e sim como aprendizado'.



## Segundo dia

O seminário continuou no dia seguinte, com palestra do coordenador de Gestão Estratégica do TRF2 Pedro Oishi, que apresentou A Estratégia na JF da 2ª Região. Às 15h15, o diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - também reconduzido



O coordenador de Gestão Estratégica do TRF2 Pedro Oish apresentou a estratégia da 2ª Região



O diretor do Núcleo de Estatísticas do TRF2 Vinicius Drummond falou sobre o Portal de Estatísticas

para mais um biênio -, juiz federal Osair Victor, e o diretor da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Seccional fluminense André Kemper discorreu sobre o tema Gestão de Metas na Primeira Instância. ‘Uma Realidade Possível?’

A última palestra foi sobre o Portal de Estatísticas, com o diretor do Núcleo de Estatísticas do Tribunal (Nuest/TRF2) Vinicius Drummond.



Juiz federal Osair Victor (Dirfo/SJRJ) e o diretor da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Seccional fluminense André Kemper falaram sobre gestão de metas na Primeira Instância

## Em Vitória, diretor do foro da SJRJ dá posse ‘virtual’ a servidores

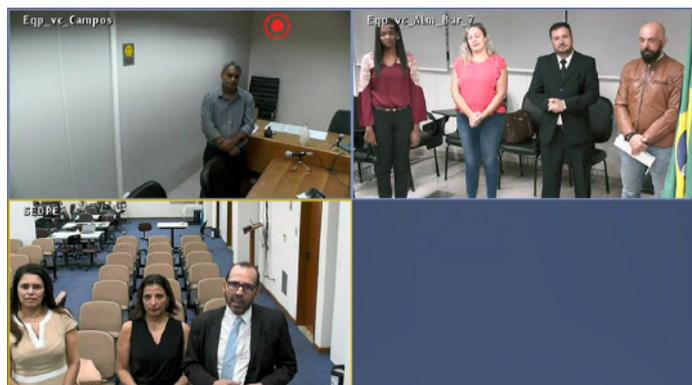
O diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, deu posse, por videoconferência, na tarde de 12/4, a quatro servidores que estavam no Rio de Janeiro.

O diretor participava em Vitória do seminário “Comunicação da Estratégia da Justiça Federal da 2ª Região”, nos dias 11 e 12. Com o apoio da equipe técnica da Seccional capixaba e com a participação da diretora do foro da SJES, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, foi realizada a solenidade virtual.

Foi tocado o Hino Nacional brasileiro e, em seguida, deu-se posse aos servidores: Luciene Ferreira, no cargo de diretora de secretaria da 19ª Vara Federal, Marcelo Figueroa Vasques, como diretor de secretaria do 13º Juizado Especial Federal, Nilton Hilário, como diretor de secretaria da Vara Federal de Macaé, e Milena Carolina de Oliveira, no cargo de analista judiciário/área judiciária.

O servidor Marcelo Figueroa Vasques leu a missão institucional da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, “declaro estar ciente de que a missão institucional desta Seção Judiciária é garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, em seguida, foi lido o termo de posse e os empossados prestaram o compromisso.

Na sequência, os servidores, que estavam na sede administrativa da SJRJ, na Av. Almirante Barroso, na capital fluminense, e na sede da Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes - RJ, e o diretor do foro, que estava em Vitória-ES, assinaram, por sistema eletrônico, os termos de posse.

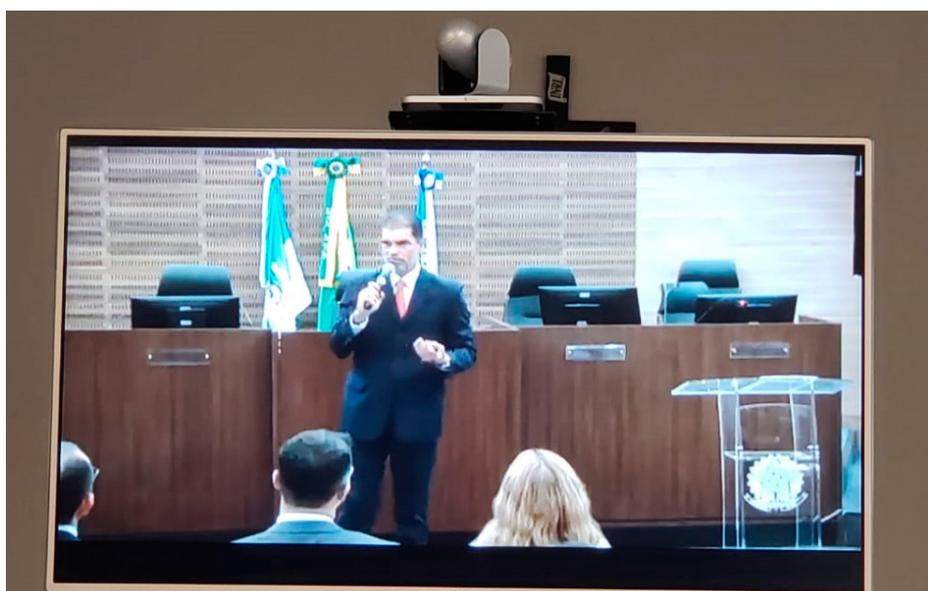


## ► Gestão eficiente deverá ser ferramenta fundamental para superar restrição orçamentária a partir de 2020

Gestores das áreas administrativas e judiciárias da Justiça Federal participaram, em 1º/4, da palestra “Gestão eficiente deverá ser ferramenta fundamental para superar restrição orçamentária a partir de 2020”, ministrada pelo diretor executivo de planejamento e orçamento do Conselho da Justiça Federal, Gustavo Bicalho Ferreira.

A palestra foi realizada no Plenário do TRF da 2ª Região, no Rio de Janeiro, e transmitida pelo YouTube (canal do TRF2) para todos os interessados.

A diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, assistiu ao evento no Rio de Janeiro, juntamente com o diretor do foro da JFRJ, juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior.



**Gustavo Bicalho explicou que 2020 será um marco no orçamento do Poder Judiciário**

### Despedida

O presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes, que se despedia da presidência, apresentou o palestrante conhecido pelo seu “esforço técnico, retidão e espírito público” e informou que a palestra teria quatro pontos: análise do acórdão 202/2019 do Tribunal de Contas da União, o contingenciamento de despesas, as dificuldades para nomeações e o limite das despesas de custeio.

Gustavo Bicalho explicou que 2020 será um marco no orçamento do Poder Judiciário, pois deixa de existir a possibilidade de compensação do Poder Executivo em nosso orçamento.

Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que limitou os gastos do Poder Judiciário para os próximos vinte anos, ou seja, até 2036. No entanto, a fim de facilitar a transição, até 2020 haveria uma ‘compensação orçamentária’ por parte do Poder Executivo, que complementava esse orçamento.

### ‘Fotografia’

Nesses quatro anos, estão sendo pagos o Plano de Cargos e Salários dos servidores e o aumento do subsídio dos magistrados.

Ocorre que a Emenda 95/2016 determina que será feita uma ‘fotografia’ do orçamento de 2016 e será esse o orçamento – sem auxílio do Poder Executivo – que deverá ser executado a partir de 2020.

Hoje, o orçamento da Justiça Federal, por exemplo, já possui cerca de 90% de despesas obrigatórias, que são de pessoal, bene-

fícios e Assistência Judiciária Gratuita comprometidas. O restante será preenchido pelas despesas discricionárias, que incluem o custeio, projetos e obras.

A partir de 2020, o orçamento será incrementado apenas até o valor da inflação, não havendo incremento real acima dela.

## Contingenciamento

Além disso, há o contingenciamento, realizado muitas vezes em razão da frustração de receita, mesmo que momentaneamente. Assim, a cada dois meses é elaborado um relatório com essa análise, o que pode reduzir ainda mais o orçamento conforme o seu resultado.

De acordo com os cálculos do palestrante, a Justiça Federal será impactada em 25%, aproximadamente. Esse é o valor aproximado da redução no nosso orçamento para 2020.

A solução, a seu ver, é trabalhar com criatividade, como no vídeo apresentado. Primeiramente, assistimos a uma bailarina executando parte do balé "O Lago dos Cisnes", "A morte do cisne". Em seguida, John Lennon da Silva, dançarino de rua, reinterpreta com criatividade o mesmo balé, o que o palestrante aconselhou que todos os gestores fizessem.

## ► Cojef divulga composição das TR/ES no biênio 2019/2021

O desembargador federal Alcides Martins Ribeiro Filho, coordenador-regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, tornou pública, por meio de ato editado em 11/4 (Ato TRF2 nº 5/2019), a composição das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, no biênio 2019/2021.

O juiz federal Leonardo Marques Lessa é o novo gestor das Turmas.

Carioca, 44 anos, Leonardo Lessa graduou-se em Direito pela Universidade Estácio de Sá no ano 2000. Antes de seu ingresso na magistratura, exerceu advocacia privada, de 2000 a 2004. De 2005 até sua posse na Justiça Federal, atuou como defensor público da União. Aprovado no X Concurso do TRF2 para o cargo de juiz federal substituto, foi nomeado em agosto de 2005.

Veja abaixo a composição completa das turmas recursais capixabas.



Leonardo Lessa é o novo gestor

### 1ª TURMA RECURSAL

01JF - Leonardo Marques Lessa (Juiz Federal Gestor das Turmas Recursais)

02JF - Pablo Coelho Charles Gomes

03JF - Kelly Cristina Oliveira Costa (Juíza Federal convocada no CNJ)

Renata Costa Musse Lopes (Juíza Federal na titularidade e Presidente da Turma)

JS - Roberto Gil Leal Faria

### 2ª TURMA RECURSAL

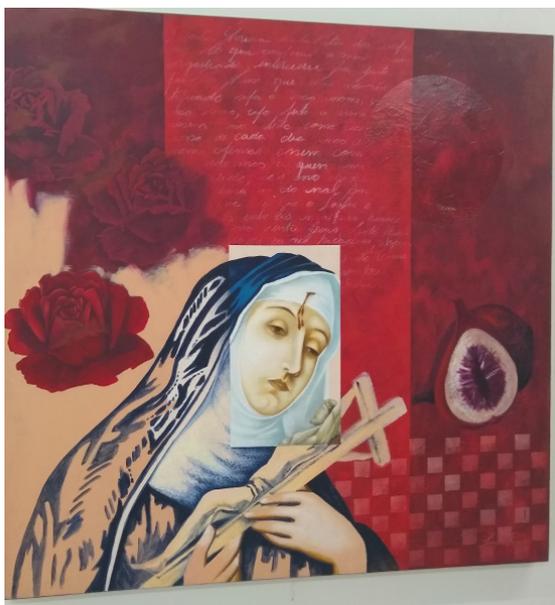
01JF - Francisco de Assis Basílio de Moraes

02JF - Viviany de Paula Arruda

03JF - Eloá Alves Ferreira (Juíza Federal Vice-Gestora e Presidente da Turma)

JS – Vago

## ▶ CCJF/Vitória promove exposição de arte sacra contemporânea



Tela doada por Sandra ao Hospital Santa Rita

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF/Vitória) promoveu de 14/4 a 20/5 a exposição 'Semblante - arte sacra contemporânea', da artista Sandra Resende, na sede da Justiça Federal, em Vitória.

'A exposição foi escolhida por ocasião da Semana Santa, período em que, no Cristianismo, celebra-se o sacrifício de Jesus e sua ressurreição', ressalta a responsável pelo CCJF capixaba, Gina Valéria Coelho.

De acordo com Gina, alguns trabalhos expostos são estudos da artista para as obras que ela faz nas igrejas. 'Com exceção de uma tela que ela fez para doar ao Hospital Santa Rita'.

**Sandra Resende se apaixonou pela arte sacra aos 12 anos, visitando a Matriz Nossa Senhora da Piedade, em Barbacena/ MG. Hoje suas obras podem ser vistas em dezenas de igrejas no Espírito Santo**



Telas expostas na sede da Justiça Federal, em Vitória

# JUSTIÇA FEDERAL INFORMA

De **20 a 24/5/2019** será realizada a **Semana de Inspeção Ordinária Unificada** da Justiça Federal de 1ª Instância da 2ª Região, em conformidade com o **Provimento TRF2-PVC-2018/00011**, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região.

No período da inspeção (**Edital N° JFES-EDT-2019/00004**):

- 1 - Não será interrompida a distribuição
- 2 - Não haverá expediente destinado às partes, ficando suspensos os prazos processuais, limitando-se a atuação do Juízo inspecionado ao recebimento de reclamações ou ao conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas destinadas a evitar perecimento de direitos ou assegurar a liberdade de locomoção
- 3 - Não serão realizadas audiências (salvo nas hipóteses previstas acima)

**NCS: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)**

**Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas**

Em 22/04/2019

# 1º FÓRUM DE EXECUÇÃO FISCAL



JUSTIÇA  
FEDERAL  
SJES

## 22/05

**HORÁRIO:** 13h30 às 17h30

**LOCAL:** Auditório da Justiça Federal - Vitória/ES

### PROGRAMAÇÃO

**O cenário atual da execução fiscal na SJES: metas e custo da jurisdição versus o uso de inteligência e tecnologia para a racionalização das diligências, diminuição do tempo de tramitação e aumento da efetividade das execuções**

José Eduardo do Nascimento - Juiz Federal da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Kláudia Kiefer - Diretora de Secretária da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

**Mediador:**

Ronald Krüger Rodor - Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

**A experiência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional na recuperação de créditos: o novo modelo de cobrança da dívida ativa da União Federal**

Tiago Alves Voss dos Reis - Procurador da Fazenda Nacional

**e-Proc e Execução Fiscal**

Renata Simon Fernandes e Silvana Lúcia Braselina - Núcleo de Apoio Judiciário da SJES

### INSCRIÇÕES GRATUITAS

## 02 a 20/05

**Público interno**

Pela intranet:  
login e senha

**Público externo**

Por e-mail:  
forumef@jfes.jus.br



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

